



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 555958 - MG (2020/0000063-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : WELLINGTON SOUZA DE ALMEIDA E OUTROS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : SANTIAGO GOMES DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de SANTIAGO GOMES DE SOUSA, contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que indeferiu pedido liminar no HC n. 1.0000.19.173445-8/000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 28/12/2019 pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas e associação para o narcotráfico).

Impetrado o *writ* originário, o Desembargador Relator indeferiu o pedido de liminar, conforme decisão de fls. 10/12.

No presente *writ* o impetrante sustenta ilegalidade na prisão do paciente, pois até o momento da impetração, já havia transcorrido mais de 72 horas sem que houvesse sido realizada audiência de custódia e a análise de sua segregação.

Requer, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Liminar indeferida às fls. 18/19.

Informações prestadas às fls. 24.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* (fls. 37/38).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, de acordo com informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se a superveniência do julgamento do mérito do *habeas corpus* originário, ocasião em que foi concedida parcialmente a ordem para substituir a prisão preventiva do paciente pelas medidas cautelares alternativas ao cárcere, sendo expedido alvará de soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator